

O PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO (PEI) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM AUTISMO

Suélen Rodrigues de Freitas Costa¹

Universidade Federal de Espírito Santo (UFES – PPGEEDUC)

Eixo temático 2. Propostas Curriculares e Acessibilidade

Resumo

O Plano Nacional de Educação (PNE) objetiva, em sua Meta 5, "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental. Em se tratando do estudante com autismo, conforme os dispositivos legais, a orientação não pode ser diferente. A este respeito, a estratégia 5.3 do PNE ainda garante que as escolas devem "assegurar a diversidade de métodos e propostas pedagógicas" (BRASIL, 2014, p. 59). Todavia, são frequentes os relatos de familiares de estudantes com autismo sobre a falta de preparo das escolas regulares em receber este público. Esta carência se refere, principalmente, a métodos e recursos pedagógicos tradicionais, que na maioria das vezes, são responsáveis pela expansão das dificuldades no processo de inclusão e, conseqüentemente, no processo de alfabetização desses discentes. Diante dessa realidade, este texto apresenta o resultado de uma revisão bibliográfica de literatura, com análise qualitativa de dados, que tem como objetivo investigar as contribuições do plano de ensino individualizado (PEI), como metodologia de trabalho colaborativa focada na realidade do aluno com deficiência, para definir objetivos de aprendizagem e avaliar o progresso da alfabetização de estudantes autistas. Os resultados obtidos neste estudo demonstram que o PEI é um instrumento de grande importância para a intervenção pedagógica na sala de aula, já que possibilita enxergar cada estudante dentro da sua singularidade, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade. Todavia as pesquisas destacam, também, que para se alcançar a alfabetização da criança com Transtorno do Espectro Autista, são necessárias intervenções efetivas, que envolvam ações formativas e o abandono de recursos pedagógicos tradicionais, que na maioria das vezes, são responsáveis pela expansão das dificuldades no processo de inclusão e, conseqüentemente, no processo de alfabetização desses discentes.

Palavras-chave: Plano de Ensino Individualizado (PEI); autismo; alfabetização; formação docente; aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O termo "alfabetização" remete à memória do interlocutor o domínio de competências referentes à leitura e à escrita. No entanto, essa tarefa até hoje é considerada um

¹ Mestranda em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC) – UFES. Professora da Educação Básica no município de Ibitirama – ES. E-mail: suelenfreitas70@hotmail.com

desafio em algumas sociedades. Na história da alfabetização no Brasil, o persistente fracasso da escola no ensino da linguagem escrita às crianças é um dos fatores responsáveis pelas constantes mudanças de paradigma e concepção de métodos.

Por esta e outras questões, com vigência de dez anos, entre 2014 e 2024, o Plano Nacional de Educação (PNE) objetiva, em sua Meta 5, "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental." (BRASIL, 2014, p. 58). A estratégia 5.3 ainda sugere "selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas" (BRASIL, 2014, p. 59).

Compreendemos aqui que, conforme os princípios da inclusão, as metas e mecanismos devem envolver todos os discentes, inclusive os alunos com deficiência, pois a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) deliberou que o atendimento ao público-alvo da Educação Especial deve ser realizado em classes comuns, com garantia de acesso e permanência desse público no ensino regular e com atendimento às necessidades educacionais especiais dos educandos (BRASIL, 2008).

Entretanto, a alfabetização da criança com TEA exige diferentes abordagens, porque as crianças com espectro autista apresentam, muitas vezes, dificuldades de interação e comunicação que podem vir associadas a alterações sensoriais, comportamentos estereotipados e/ou interesses restritos, com uma manifestação muito diversa de pessoa para pessoa (APA, 2014).

No propósito de garantir a pessoa com deficiência, neste caso com autismo, o direito a à educação com direito a adaptações razoáveis e a receber todo o apoio necessário, na rede regular de ensino e outros direitos, foi criada a lei nº 12.764/12 ou mais conhecida como lei do autismo, a Nota Técnica n.º 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015, o artigo 24 do Decreto número 6.949/2009 e outros instrumentos normativos.

Entretanto, mesmo existindo aparato legal que sustenta a inclusão dos estudantes com TEA no ensino regular, frequentemente nos deparamos com familiares de autistas relatando a falta de preparo das escolas regulares em receber este público.

Esta carência se refere, principalmente, a métodos e recursos pedagógicos tradicionais que muitas vezes, são responsáveis pela expansão das dificuldades no processo de inclusão e, conseqüentemente, no processo de alfabetização desses discentes.

Desse modo, neste estudo, apresentamos uma análise reflexiva, por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a acerca de uma metodologia já empregada em outros países como Estados Unidos, Portugal, Áustria e Reino Unido, que no Brasil, recebeu o nome de Plano Educacional Individualizado ou Plano de Ensino Individualizado (PEI).

O PEI, trata-se de uma estratégia que estabelece um planejamento escolar individualizado, que contém as necessidades específicas do aluno, cuja avaliação e revisão são realizadas periodicamente. Deste modo, torna-se uma perspectiva viável, tanto para professores quanto para estudantes, no processo de ensino/aprendizagem, capaz de se mostrar um facilitador na alfabetização de alunos com autismo e investigar como o Plano de ensino Individualizado (PEI) pode contribuir com o processo de alfabetização de estudantes com autismo.

2 METODOLOGIA

Buscando identificar a relevância desta pesquisa e os estudos de natureza similar, principalmente em âmbito estadual já produzidos, por meio de uma análise bibliográfica de cunho qualitativo, buscamos produções acadêmicas que tratavam do PEI e de sua relação com a alfabetização de estudantes com autismo. Considerando que em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada e que por meio deste normativo várias modificações curriculares aconteceram, como referencial para esta pesquisa foram considerados os trabalhos publicados a partir de 2018.

A respeito da metodologia de pesquisa, para Esteban (2010) a pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática que visa compreender os fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos e o desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos.

Para Marconi e Lakatos (2003), com a pesquisa bibliográfica nos colocamos em contato direto com o que foi escrito, dito e estudado sobre o assunto. Nesta vertente, desenvolver uma pesquisa bibliográfica a respeito do autismo e da utilização do Plano de ensino Individualizado nas escolas, não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre este assunto, mas conforme sugerem Marconi e Lakatos (2003), propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Seguindo esses pressupostos, para justificar a relevância deste estudo, iniciamos nossa pesquisa nos repositórios das duas instituições públicas do estado do Espírito Santo, que ofertam cursos de mestrado e doutorado - Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). A busca principal foi realizada no dia 25 de maio de 2022, nos repositórios das duas instituições, por meio dos seguintes links de acesso <https://repositorio.ifes.edu.br/discover> e <https://repositorio.ufes.br/>.

Para a busca, usamos os descritores “Plano de ensino Individualizado OR autismo” e “Alfabetização AND autismo” e filtramos apenas para teses e dissertações. Nesta busca foram encontrados 13 registros no repositório do IFES, desses, dois títulos foram selecionados.

No repositório da UFES, 09 resultados foram encontrados. Todavia considerando que tínhamos como critério de exclusão, trabalhos publicados antes de 2018, apenas dois títulos foram selecionados.

A escassez de dados nos repositórios públicos do Estado do Espírito Santo destaca a urgência no desenvolvimento de pesquisas que relacionem o PEI e o processo de aprendizagem de estudantes com autismo nesta área geográfica.

Diante dessa realidade, além dos referenciais extraídos dos repositórios estaduais, ampliou-se o campo de busca e, por meio dos mesmos passos descritos nos repositórios estaduais, realizou-se uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio do link; <https://bdttd.ibict.br/vufind/>, no catálogo de teses e dissertações da capes, que pode ser acessado, por meio do link: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> e no portal de periódicos da

Capes por meio do link: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>.

A tabela abaixo sintetiza os trabalhos selecionados.

Quadro 1. Relação das pesquisas encontradas

Base de dados	Ano	Programa	Autor	Título
Ifes	2018	PPGEH	Mariana Aguiar Correia Lima Gonçalves	Autismo, linguagem e inclusão: como práticas pedagógicas sob a abordagem epilinguística e sociológica.
Ifes	2018	Educimat	Wendel Alexandre Albino Macedo	Trabalhando o conceito de número com uma criança autista por meio do tablet: um estudo de caso
Ufes	2018	PPGEF	Flaviane Lopes Siqueira Salles	A mediação pedagógica do professor na brincadeira da criança com autismo
Ufes	2018	PPGEF	Fabiana Zanol Araújo	Aspectos relacionais da criança com autismo em situação de brincadeira
BDTD	2021	UNISANTOS PPGP	Neide Maria Santos	Educação inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo
BDTD	2018	PPGEDUC - UFRRJ	Maíra Gomes de Souza Rocha	Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências
BDTD	2019	PPGSCA - UFPE	Nara Raquel Cavalcanti Lima	Alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista: representações do professor
BDTD	2021	PROFLETRAS - UNESP	Leise Cecília de Omena.	A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nos anos iniciais do ensino fundamental I: possibilidades e práticas para aprendizagem da linguagem oral e escrita.
Banco de teses e dissertações da Capes	2021	PPGE - UFPEL	Gabrielle Lenz da Silva.	A percepção de professores sobre os desafios e possibilidades de implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo

Banco de teses e dissertações da Capes	2018	PPGEDUCE - UFSC	Marily Oliveira Barbosa	Estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada.
Portal de periódicos da Capes	2021	Revista de Educação Especial	Gabrielle Lenz da Silva; Sígla Pimentel Höher Camargo	Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado
Portal de periódicos da Capes	2018	Id Online Revista Multidisciplinar de Psicologia	Fabiana de Lima da Silva; Aurenia Pereira de França; Maria do Socorro Cecílio Sobral.	Educação Inclusiva: O Autismo e os Desafios na Contemporaneidade
Portal de periódicos da Capes	2018	Revista Brasileira de Educação	Gabriela Tannús-Valadão; Enicéia Gonçalves Mendes	Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.

Fonte: elaboração da autora (2022)

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para realizar a análise das pesquisas selecionadas estabelecemos três categorias de análise que vão de encontro as observações mais elencadas acerca do assunto:

1. Necessidade de mudanças nas práticas e metodologias de ensino

Quando consideramos as práticas educativas como construções históricas, assumimos a compreensão de que para que haja inclusão escolar é preciso revisão não só das práticas pedagógicas, mas do sistema escolar e de sua organização curricular.

A este respeito, os processos de escolarização apresentam inúmeros desafios aos professores, especialmente quando as práticas pedagógicas envolvem (ou precisam envolver) a diversidade humana, como é o caso de estudantes com autismo (GONÇALVES, 2018). Para Macedo (2018 p. 28) “a socialização dos autistas destaca suas potencialidades e o sucesso na aprendizagem está vinculado ao apoio de atividades diferenciadas”.

A respeito dos aspectos de interação, Fabiana Zanol Araújo (2019) destacou a importância da constituição de vínculos, para analisar a interação da criança com

autismo. A pesquisa destaca, ainda, a importância de motivar as crianças a aprender pelo campo da significação, incluindo as contribuições que elas podem dar a partir de suas vivências.

Para isso, conforme Santos (2021), para o atendimento educacional especializado no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com TEA, a gestão escolar articulada com a legislação, deve estabelecer a organização administrativa e pedagógica, por meio de ações conjuntas, para o direcionamento e a mobilização da cultura inclusiva no ambiente escolar.

A este respeito, Lima (2019) considera que para que se alcance a alfabetização da criança com Transtorno do Espectro Autista, são necessárias intervenções efetivas, que foquem no potencial do estudante com TEA e demonstrando que a equipe pedagógica tem segurança em suas condutas de interação para que haja o suporte necessário não somente à criança, mas também à família.

Todavia, na maioria dos casos, as adaptações curriculares são consideradas um obstáculo para as escolas, principalmente na visão dos professores. Compreendemos, no entanto, que a adaptação também pode servir de grande aliada, se utilizada como ferramenta, para que sejam feitas alterações no currículo, de acordo com as necessidades do público bem variado, presente na sala de aula. Ao respeitar essa diversidade, o desenvolvimento pessoal e social dos alunos será observado positivamente (OMENA, 2021).

2. Necessidade de formação docente

Sobre a formação docente, Omena (2021) constatou que alunos dentro do diagnóstico do espectro autista, têm muita dificuldade em relação à linguagem funcional, uma vez que eles apresentam atraso na fala ou resistência/relutância em falar ou, até mesmo, linguagem oral não-desenvolvida em momentos de interação.

Entretanto, ainda conforme Omena, o aluno, seja qual for sua deficiência, não pode estar na sala de aula apenas para cumprir uma lei que o ampara, porquanto isso não é inclusão. Sua integração no ambiente escolar ocorrerá apenas quando esse aluno tiver sido incluído nos Planos de Aula do professor, sendo que, em muitos casos, o docente terá de recorrer a várias fontes para conseguir estabelecer e alcançar

objetivos que atendam às necessidades desse aluno (OMENA, 2021).

A este respeito, Gonçalves (2018) observou que no processo de escolarização, as especificidades do estudante com autismo, quanto ao uso da linguagem e seus aspectos linguísticos, foram muitas vezes negligenciadas nos relatórios pedagógicos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Assim sendo, a autora destacou a necessidade de encontros formativos como iniciativas de cooperação entre professores para diálogos sobre práticas pedagógicas acessíveis a todos.

Para Barbosa (2018), o fazer docente requer responsabilizações quanto ao ato de ensinar e quanto a potencializar a aprendizagem para todos os estudantes. A autora ainda complementa que o direito a aquisição de conhecimento científico nos ambientes educacionais é condição essencial para o desenvolvimento humano.

No mesmo caminho, Silva (2021) destaca que somente uma legislação que regulamente sobre o PEI não é suficiente. É preciso treinamento, instrução e formação de como elaborar, implementar o PEI de forma adequada e sobre práticas e estratégias que atendam às necessidades dos alunos com TEA.

Diante dessa constatação, justifica-se a necessidade de cursos de formação que possam disponibilizar subsídios teóricos e práticos aos docentes, servindo como uma orientação para a elaboração e a implementação de um guia sobre a importância do PEI e sobre sua utilização.

3. Necessidade de olhar para a individualidade do estudante e as contribuições do PEI para o processo educativo

Com o avanço de políticas de inclusão escolar no Brasil temos observado um grande crescimento no número de matrículas dos alunos PAEE nas escolas públicas regulares. Todavia, o Brasil não possui dispositivos na legislação federal que garantam que tais estudantes tenham um PEI baseado em suas peculiaridades e, na prática, esse tipo de planejamento tem sido centrado apenas nos serviços das salas de recursos multifuncionais e nos centros de atendimento educacional especializado, ou seja, em época de política de Inclusão Escolar, temos um plano elaborado ao PAEE que é típico da fase da segregação educacional (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018 p.14).

Silva (2021) destaca a diferença entre PEI (Plano e Ensino Individualizado) e PAEE

(Plano de Atendimento Educacional Especializado). Conforme a autora, o PAEE é um documento redigido pelo professor do AEE, que visa complementar e/ou suplementar a formação do aluno e deve ser desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) pelo professor do AEE, não influenciando na prática do professor titular (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

Já o PEI (Plano de Ensino Individualizado) é um planejamento colaborativo elaborado para os alunos com deficiência. Ao contrário do Plano de Ensino, que é elaborado somente pelo professor titular da turma, o PEI é elaborado colaborativamente, por todos os profissionais que atendem o aluno com deficiência, os pais ou responsáveis e o próprio aluno (quando possível), ou seja, não é elaborado somente pelo professor do AEE ou professor titular, todos decidem juntos o que será definido no PEI. No PEI, constam atividades e exercícios que serão desenvolvidos na sala regular e/ou nos atendimentos. O PEI é integrado por uma ampla avaliação dos níveis de desempenho do estudante, que envolve objetivos, metas de aprendizagem, recursos e estratégias, acomodações e modificações e outras informações. (SILVA, 2021, p. 43).

A respeito da definição do PEI, o quadro abaixo sintetiza a definição encontrada em alguns dos estudos analisados.

Quadro 1. Definições sobre PEI

Autor	Definição/relevância do PEI
Salles (2018)	Possibilita aproximação dos mediadores com a criança autista de forma a ampliar a participação da criança com autismo no contexto da brincadeira
Santos (2021)	É um documento que norteará o trabalho pedagógico na sala de aula, visto que cada estudante apresenta uma necessidade e uma intervenção individualizada
Omena (2021)	É uma forma de ressignificação do ambiente escolar, porque torna possível que mudanças necessárias à inclusão sejam postas em discussão para reorganização da comunidade escolar no âmbito.
Rocha (2018)	É um instrumento que colabora para efetivação do processo de escolarização"
Silva (2021)	É uma metodologia de trabalho colaborativa focada no aluno com deficiência que é elaborado a partir da série, idade, grau de desenvolvimento, estado atual de habilidades, conhecimentos prévios, pensando em objetivos a curto, médio e longo prazos e avaliações de progresso.
Tannús-Valadão; Mendes, 2018	Auxilia o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante PAEE, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Diante da síntese acima, com destaque para os resultados da pesquisa de Salles,

(2018) destacamos, a importância da utilização de um plano de ensino individualizado (PEI); do respeito à individualidade e às características da criança; do trabalho coletivo e colaborativo; da participação e envolvimento da família nas atividades escolares.

Para Santos (2021), “antes de planejar e elaborar um conteúdo que será desenvolvido com o estudante com TEA, o professor deve identificar quais são os estímulos que funcionam como reforçadores positivos”.

Desse modo, conforme Omena (2021 p. 68) por meio do PEI, é preciso ressignificar o ambiente escolar. Todavia, Rocha (2018) evidencia que em algumas escolas a elaboração do PEI “não ocorre conforme o que se propõe para que seja um instrumento que colabore para efetivação do processo de escolarização”. A pesquisa da autora indica práticas pedagógicas pouco sistematizadas e planejadas, ausência de investimento em estratégias diferenciadas de ensino e falta de atendimento das especificidades de desenvolvimento dos alunos no processo de escolarização, dados muito importantes para subsidiar nossa pesquisa.

A este respeito, para Lima (2019), organizar atividades pedagógicas específicas referentes ao processo de aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista é fundamental e isso deve ocorrer de maneira individualizada

Para Silva, (2021 p.14) o PEI se mostra benéfico tanto aos professores quanto aos alunos com autismo, no entanto, pouco se sabe a respeito das dificuldades enfrentadas pelos professores na elaboração do Planejamento Educacional Individualizado de estudantes com TEA.

Assim, o PEI auxilia o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante PAEE, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018 p. 06).

Para Omena (2021 p. 65-66)

O Plano de Ensino Escolar é um instrumento elaborado para direcionar o trabalho docente durante o ano letivo; ainda que flexível, sua elaboração deve estabelecer metas a serem alcançadas em determinado período. [...] Por esse motivo, um professor atento e interessado pode detectar algumas dificuldades restritas a apenas alguns alunos e, nesses casos, a avaliação contínua facilita a tomada de decisões em relação a certas intervenções necessárias para o desenvolvimento de suas habilidades.

Desse modo, o PEI deve ser construído de forma coletiva e envolve o reconhecimento das potencialidades de cada estudante, bem como as necessidades de cada indivíduo no que diz respeito ao seu desenvolvimento escolar. Ele fomenta o diálogo entre os profissionais e a comunidade escolar (BARBOSA, 2018 p. 31)

O PEI necessariamente deve contemplar os objetivos relacionados à vida acadêmica do estudante, nos diversos ambientes que ele frequenta. Assim deve ser construído pelos professores que o ensinam em consonância com os objetivos do currículo comum ao qual esteja matriculado (BARBOSA, 2018 p 53).

Conforme Silva (2021) “a utilização do PEI tem mostrado efeitos benéficos na inclusão, tanto para os alunos com deficiência, quanto para o professor”. Utilizar o PEI faz com que os profissionais que trabalham com o aluno, possuam um olhar mais atento ao estudante com deficiência e às suas necessidades, sendo capazes de planejar aulas e atividades que objetivem o seu sucesso acadêmico. Ainda segundo a autora, o PEI é positivo para os professores, pois em razão de seu caráter colaborativo, depende de conversa e troca de experiências e conhecimentos. Isso faz com que não seja apenas um professor que pense sobre a inclusão do aluno, mas sim uma equipe multidisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer a análise dos estudos aqui apresentados bem como de outras pesquisas bibliográficas e documentais que tratam do Plano de Ensino Individualizado, constatamos a relevância deste instrumento para a aprendizagem não somente dos estudantes com autismo, mas de todo o público-alvo da educação especial.

Os resultados aqui apresentados deixam evidente a importância da utilização de um plano de ensino individualizado (PEI) na alfabetização dos estudantes com autismo. Todavia, destacam, também, a relevância do respeito à individualidade e às características da criança e do trabalho coletivo e colaborativo. Afinal, como bem destacado nas pesquisas estudadas, o PEI é um instrumento facilitador, mas apesar de todos os seus benefícios, sem uma mudança nas práticas docente a utilização do

PEI não trará as melhorias que tanto são ansiadas do processo de alfabetização.

Deste modo, depreende-se das pesquisas, que é preciso investir, também, em formação profissional. Afinal, de nada adianta construir um Plano de ensino Individualizado se ele não for usado adequadamente por todos os profissionais da escola. Todavia, se bem utilizado, por profissionais bem preparados, o PEI torna-se um grande aliado para o processo educativo do estudante, pois permite realizar uma avaliação mais efetiva, bem como traçar melhores objetivos e metas por intermédio de recursos e estratégias variadas que realmente contemplem a individualidade dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION [APA]. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento, et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, M. O. **Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada**. 2018. 262f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10677/BARBOSA%20 %20Marily%20Oliveira%20 tese.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10677/BARBOSA%20%20Marily%20Oliveira%20tese.pdf?sequence=1) Acesso em: 17 jul.2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 05 de abr. 2022.

GONÇALVES, Mariana Aguiar Correia Lima. **Autismo, linguagem e inclusão: como práticas pedagógicas sob a abordagem epilinguística e sociológica**. 2018. 178 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000017/00001754.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Lima, Nara Raquel Cavalcanti. **Alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista: representações do professor**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCS. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente. Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34313>. Acesso em: 26 jun.2022

MACEDO, Wendel Alexandre Albino. **Trabalhando o conceito número com uma criança autista por meio do tablet: um estudo de caso**. 2018. 73 f. Dissertação

(Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.ifes.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00001c/00001c82.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MINAYO. MCS, org. Delandes SF, Gomes R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2000. 110 p.

OMENA, Leise Cecília de. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: possibilidades e práticas para aprendizagem da linguagem oral e escrita**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP) 2021.159 f. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/213498>. Acesso em: 25 jun.2022.

ROCHA, Máira Gomes de Souza da. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências**. 2018. 308F. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2018. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/4851> Acesso em: 17 jul.2022.

RODRIGUES, Rômulo Ronne Pereira. **Pedro e poder da inclusão: de ciência para alunos de ensino fundamental usando narrativas espectro autista heroicas**. 2020. 95 f. (Mestrado Profqui) – IFES, Vila Velha, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1118?show=full>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SALLES, Flaviane Lopes Siqueira. **A mediação pedagógica do professor na brincadeira da criança com autismo**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Vitória, UFES, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/7195/1/tese_11943_Disserta%20a7%20a3o%20Flaviane%20Salles20180413-82252.pdf Acesso em: 26 mai. 2022.

SANTOS, Neide Maria. **Educação inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2021. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/7364>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SILVA, Gabrielle Lenz da. **A percepção de professores sobre os desafios e possibilidades de implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo**. Orientadora: Sígla Pimentel Höher Camargo. 2021. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

SILVA, Gabrielle Lenz da; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Revisão integrativa da produção científica nacional sobre o Plano Educacional Individualizado. **Revista Educação Especial**, vol. 34, 2021, -, pp. 1-23 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313165836050> Acesso em: 09 abr. 2022.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento

educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/abstract/?lang=pt>
Acesso em 01 mai. 2022.